

**A FILOSOFIA AFRICANA NO BRASIL:
ORALIDADE, AGRAFIA, ANCESTRALIDADE
E OS MANUSCRITOS DE TIMBUKTU**

Tarcísio Afonso Tchivole
Universidade Federal do Triângulo Mineiro
E-mail: d202220666@uftm.edu.br

Resumo: Este artigo examina a recepção da filosofia africana na pós-graduação brasileira ao longo das duas últimas décadas. Destacam-se os Manuscritos de Timbuktu como marco de inflexão epistêmica, por evidenciarem formas autônomas de produção filosófica africana e suas repercuções no contexto acadêmico brasileiro. A persistência do mito da agrafia revela a necessidade de uma abordagem descolonizada, capaz de integrar oralidades, textualidades e ancestralidades escritas como expressões legítimas e plurais do saber filosófico africano. Os resultados da análise apontam para a urgência de uma crítica às categorias de agrafia, oralidade e ancestralidade em suas concepções tradicionais, bem como para a necessidade de redescobrir e valorizar a centralidade dos Manuscritos de Timbuktu.

Palavras-chave: Epistemologia africana; descolonização do conhecimento; manuscritos africanos; tradições africanas.

Abstract: This article analyzes the reception of African philosophy in Brazilian postgraduate studies over the last two decades. The Timbuktu Manuscripts stand out as an epistemic turning point, as they highlight autonomous forms of African philosophical thought with repercussions in the Brazilian context. The persistence of the agraphia myth demands a decolonized approach that integrates oralities, textualities and written ancestries as legitimate and plural expressions of African philosophical knowledge. The results of the analysis point to the urgency of a critique of the categories of agraphia, orality and ancestry, as traditionally conceived, and to the importance of rediscovering and appreciating the Timbuktu Manuscripts.

Keywords: African epistemology; decolonization of knowledge; manuscripts in Africa; traditions of Africa.

1 Introdução

A crescente inserção da filosofia africana na produção acadêmica brasileira tem revelado contradições significativas entre a intenção de ruptura com paradigmas eurocentrados e a persistência de pressupostos coloniais.¹ Entre esses, destaca-se a concepção de que os modos africanos de elaborar e transmitir reflexões e conhecimentos científicos sobre o mundo estariam circunscritos exclusivamente à oralidade e à tradição, em contraste com a escrita e a racionalidade, frequentemente concebidas como realidades exógenas e, portanto, não autênticas às culturas africanas. Tal concepção, além de anacrônica, ignora a densidade histórica e intelectual de tradições letradas africanas, como atestam os milhares de manuscritos preservados em Timbuktu, que expressam um sofisticado campo de produção

¹ Este artigo foi originalmente publicado com o título “African philosophy in Brazil: orality, agraphia, ancestry and the Timbuktu Manuscripts” na revista *Sententiae* 44:2 (2025), p. 50-57. Agradecemos à revista e ao editor Oleg Khoma a autorização da publicação do texto em português.

A filosofia africana no Brasil: oralidade, agrafia,
ancestralidade e os Manuscritos de Timbuktu
escrita nos domínios da filosofia, da teologia, da ciência, da jurisprudência e da literatura.

Como alerta Jeppie (2008, p. 15), “as tentativas de se argumentar por uma história intelectual da África frequentemente têm sido confrontadas com a ideia de que o continente possui apenas uma tradição oral”. Tal inverdade histórica, contudo, não pode ser sustentada diante da evidência concreta dos acervos manuscritos da região do Sahel, os quais documentam, de forma sistemática, a agência intelectual de elites letradas africanas. Mais do que vestígios de um passado remoto, os Manuscritos de Timbuktu (doravante MT) “servem como repositórios de dados históricos importantes para praticamente todos os aspectos da vida na região e além dela” (Jeppie, 2008, p. 15), desafiando frontalmente a representação da África como espaço desprovido de história, de racionalidade e de práticas escriturais.

A contestação dessa representação é ainda mais enfática em estudiosos como Souleymane Bachir Diagne, para quem é inconcebível formular uma história da filosofia no continente africano ignorando os efeitos da penetração do saber islâmico. Diagne (2008, p. 19) rememora, por exemplo, a afirmação de Cheikh Anta Diop de que, séculos antes da colonização europeia, intelectuais africanos já se dedicavam ao estudo da lógica aristotélica — um fato que contradiz radicalmente as teses racistas da “mentalidade primitiva”. Mais do que isso, Diagne destaca que a islamização de muitas regiões da África subsaariana implicou não apenas a adoção da religião islâmica, mas também a incorporação da racionalidade gráfica do árabe, o que levou populações locais a reescreverem sua própria história em seus idiomas nativos, com o uso do alfabeto árabe: “Wolof, Fulfulde, Hausa e Bambara deixaram de ser línguas orais no exato momento em que pessoas treinadas na escrita árabe [...] começaram a escrever crônicas, mitos e poesia de louvor nessas línguas” (Diagne, 2008, p. 20).

A crescente inserção da filosofia africana nos currículos acadêmicos brasileiros, especialmente após a Lei nº 10.639/2003 e as Diretrizes Curriculares de 2004, não deve limitar-se à valorização da oralidade como traço essencialista. Ao contrário, exige o reconhecimento das múltiplas formas de pensamento filosófico africano, incluindo aquelas expressas por meio da escrita. Essa revalorização da textualidade escrita permite não apenas contestar a exclusividade ocidental da racionalidade, mas também romper com o binarismo entre oralidade e escrita que ainda informa abordagens reducionistas.

Nesse contexto, estudar a filosofia africana torna-se parte de um movimento mais amplo de democratização dos saberes e afirmação de epistemologias historicamente subalternizadas. A análise das dissertações e teses da BDTD permite avaliar como tais diretrizes vêm sendo incorporadas no ensino superior e de que modo influenciam a produção recente, especialmente na pós-graduação em Educação. O levantamento evidencia tanto avanços quanto persistências de visões simplificadoras que restringem a filosofia africana à oralidade.

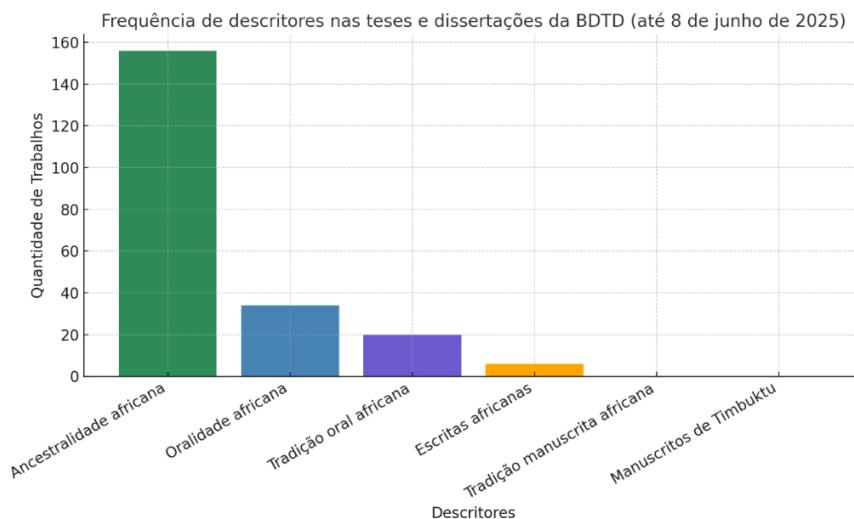
Em resposta, este artigo propõe uma abordagem centrada na noção de *formas de pensamento filosófico de África* — modos historicamente situados de elaborar e transmitir conhecimento, inclusive pela escrita. A partir dos MT, argumenta-se que a escrita constitui uma expressão legítima e sofisticada da agência epistemológica africana.

2 Metodologia

A presente investigação adota uma abordagem qualitativa e interpretativa, centrada na análise documental de teses e dissertações produzidas na pós-graduação brasileira e disponíveis na BDTD. A seleção do *corpus* foi orientada por uma busca sistemática realizada até 8 de junho de 2025, com os seguintes descritores:

“oralidade africana”, “tradição oral africana”, “ancestralidade africana”, “escritas africanas”, “tradição manuscrita africana” e “Manuscritos de Timbuktu”. Tais termos foram aplicados em buscas simples e também como filtros por título, visando mapear a presença das categorias centrais da investigação.

A busca inicial resultou na identificação de 216 trabalhos: “oralidade africana” (34), “tradição oral africana” (20), “ancestralidade africana” (156), “escritas africanas” (6), “tradição manuscrita africana” (0) e “Manuscritos de Timbuktu” (0). Com base nessa tabela, aqui está um gráfico em barras verticais que representa visualmente os dados:



A análise dos descritores evidencia uma concentração temática significativa em torno da ancestralidade africana (72%) e, em menor medida, da oralidade (25%), com ausência completa de registros que mencionem os “Manuscritos de Timbuktu” ou a “tradição manuscrita africana”. Tal distribuição revela três aspectos principais: (1) a persistência de uma concepção essencialista da África como espaço predominantemente oral e ancestral; (2) o silenciamento das tradições escritas africanas, fundamentais para desafiar a concepção eurocêntrica da racionalidade como atributo exclusivo do Ocidente; e (3) uma lacuna crítica que se apresenta, ao mesmo tempo, como oportunidade epistêmica para reconfigurar as formas de pensamento filosófico africano em chave descolonial.

O refinamento do corpus, reduzido de 216 para apenas 20 trabalhos após aplicação de filtros por título, reforça essas assimetrias: 15 abordam a “ancestralidade africana” e cinco tratam da “oralidade africana” ou da “tradição oral africana”, sem qualquer menção explícita às tradições escritas. Essa ausência não decorre apenas de limitações técnicas dos sistemas de indexação, mas reflete uma tendência temática consolidada, que favorece determinadas imagens da África, alinhadas ao paradigma da oralidade, em detrimento de abordagens que reconheçam a centralidade da escrita como forma legítima de pensamento.

A escassez de trabalhos sobre tradições escritas aponta para uma estrutura epistemológica seletiva, que perpetua o mito da agrafia e relega a escrita africana — incluindo o *ajami* e os registros arábicos — à invisibilidade. Ainda que a busca complementar em repositórios tenha identificado uma dissertação com alguma aderência à temática (Sayão, 2023), a lacuna permanece expressiva.

A partir de uma leitura indutiva, foram construídas três categorias analíticas: (1) trabalhos que reduzem a filosofia africana à oralidade; (2) os que reconhecem

A filosofia africana no Brasil: oralidade, agrafia, ancestralidade e os Manuscritos de Timbuktu

escrita e oralidade em relação hierárquica; e (3) os que mencionam marginalmente a tradição manuscrita. Esses dados demonstram a urgência de uma revisão crítica das categorias que sustentam a produção acadêmica brasileira sobre filosofia africana.

3 Discussão dos Resultados

De modo geral, os dados analisados, recordando que o corpus é composto por 216 documentos, revelam uma recepção desigual e epistemologicamente assimétrica da filosofia africana na pós-graduação brasileira. Para evitar um excesso descritivo contraproducente, optou-se por apresentar exemplos representativos, extraídos das principais tendências observadas. Os resultados apontam para a persistência de modelos interpretativos que restringem as formas de pensamento africanas à oralidade e à ancestralidade simbólica, frequentemente dissociadas de qualquer tradição escrita autóctone.

Na primeira categoria, que inclui trabalhos como os de Tavares (2019), Mota (2014), Oliveira (2005) e Machado (2016), predomina uma abordagem que associa a oralidade à essência das culturas africanas. Ainda que bem-intencionada na valorização de tradições orais, essa leitura acaba por reproduzir, de forma não intencional, a lógica colonial que opõe oralidade e racionalidade. Ao fixar a oralidade como a única via legítima de expressão do pensamento africano, esses estudos negligenciam o problema conceitual da agrafia e reforçam uma epistemologia do silenciamento, que invisibiliza as formas escritas autóctones — como os registros em árabe e em línguas africanas locais.

A segunda categoria, representada por autores como Oliveira (2016) e Jesus (2004), avança em relação ao grupo anterior ao reconhecer a coexistência entre oralidade e escrita. No entanto, essa coexistência ainda se apresenta sob uma estrutura hierárquica, em que a escrita é compreendida como elemento exógeno, introduzido pela expansão islâmica ou pela colonização europeia. Embora rompam parcialmente com a exclusividade oralista, tais trabalhos não incorporam plenamente o papel histórico das tradições escritas como expressão autônoma das formas de pensamento filosófico africano.

A terceira categoria, minoritária no conjunto analisado, assinala uma inflexão teórica mais significativa. Trabalhos como os de Ribeiro (2019), Silva (2023), Maciel (2011) e Santos (2019), começam a reconhecer que a racionalidade africana também se manifesta por meio da escrita e da textualidade, ainda que esse reconhecimento ocorra de forma lateral, fragmentária ou assistemática. Nesse contexto, destaca-se a dissertação de Moisés Sayão, que representa um marco importante ao abordar o *Ta'rlīkh al-Sūdān*, ainda que sem tematizar diretamente a tradição manuscrita enquanto estrutura epistêmica. Sua contribuição, no entanto, aponta para a necessidade de repensar criticamente os marcos interpretativos que historicamente limitaram a compreensão das formas de pensamento filosófico de África no Brasil.

A ausência de referências diretas aos MT na imensa maioria dos trabalhos examinados evidencia não apenas desconhecimento, mas um apagamento ativo dessas fontes como fundamentos legítimos das filosofias africanas. O que se verifica é um silenciamento sistemático de formas de pensamento que não se enquadram no modelo performático e oral frequentemente atribuído à África. Isso revela que, mesmo quando voltada à valorização do pensamento africano, a produção acadêmica brasileira ainda opera com categorias herdadas da colonialidade do saber.

Diante desse cenário, torna-se urgente uma mudança de enfoque: compreender as formas de pensamento filosófico de África em sua pluralidade, oral, escrita, simbólica, ancestral, científica, como expressões legítimas de racionalidade e de historicidade. Tal abordagem contribui para desconstruir o mito da África

essencialmente oral e ágrafo e para afirmar a existência de tradições filosóficas africanas que, embora diversas em suas expressões, possuem densidade crítica, coerência interna e validade epistemológica própria.

4 Os desdobramentos das três categorias analíticas da BDTD e suas implicações epistemológicas e metodológicas

As três categorias analíticas extraídas do corpus da BDTD, oralidade como centro, ancestralidade como identidade simbólica e escrita como ausência, revelam não apenas padrões recorrentes na produção acadêmica brasileira sobre filosofia africana, mas também expõem os limites epistemológicos que sustentam tais leituras. Relidas à luz do conceito de *formas de pensamento filosófico de África*, essas categorias tornam-se indicadores de campos de tensão que condicionam a recepção e a legitimação do pensamento africano no espaço acadêmico.

A centralidade da oralidade, embora expressa por discursos que visam valorizar saberes subalternizados, tende a absolutizar essa dimensão, reeditando uma epistemologia colonial que opõe oralidade e racionalidade. Tal essencialismo, mesmo quando articulado a críticas ao eurocentrismo, perpetua a exclusão da escrita como forma legítima de produção filosófica africana, inviabilizando uma compreensão mais ampla da diversidade intelectual do continente.

A ancestralidade, por sua vez, é frequentemente abordada como símbolo de pertença e matriz cultural, sem que se reconheça seu papel enquanto estrutura epistêmica articulada a mecanismos próprios de validação do saber. Ignorar seu caráter lógico-argumentativo, como evidenciam os MT, é obscurecer uma dimensão fundamental das tradições filosóficas africanas, nas quais a ancestralidade organiza temporalidades, legitima o conhecimento e estrutura linhagens reflexivas.

Já a escrita aparece de forma marginal, quando não totalmente ausente, sendo raramente tematizada como regime epistêmico autóctone. A quase inexistência de referências aos MT, por exemplo, denuncia não apenas lacunas bibliográficas, mas a persistência de um imaginário acadêmico moldado por categorias coloniais, que relegam a textualidade africana à condição de exceção ou anomalia.

Em síntese, a centralidade atribuída à oralidade e a persistente reprodução inconsciente de uma epistemologia colonial, tal como evidenciado nas categorias analíticas aqui delineadas, transcendem o estatuto de meras descrições temáticas e desvelam uma contradição estrutural: a coexistência entre uma intenção crítica declarada e a manutenção de dispositivos coloniais de leitura que continuam a balizar a recepção da filosofia africana. Superar esse impasse exige mais do que a ampliação representacional dos conteúdos africanos; requer um deslocamento epistemológico profundo, que questione os próprios alicerces metodológicos e interpretativos a partir dos quais se organiza o campo do saber. Trata-se de reconfigurar o lugar da filosofia africana não como objeto periférico de análise, mas como sujeito epistêmico pleno, portador de lógicas próprias, historicidades singulares e regimes autóctones de validação do conhecimento. É nesse movimento, do reconhecimento à escuta, da tematização à transformação dos marcos de inteligibilidade, que reside o verdadeiro potencial descolonizador das formas de pensamento filosófico de África: sua capacidade de interpelar, desestabilizar e ampliar os horizontes do saber acadêmico ocidental.

5 Considerações finais

A análise da produção acadêmica brasileira sobre filosofia africana, com base no *corpus* da BDTD, evidencia avanços significativos no reconhecimento da diversidade epistêmica africana, mas também a persistência de paradigmas que limitam a

A filosofia africana no Brasil: oralidade, agrafia, ancestralidade e os Manuscritos de Timbuktu

compreensão dessa filosofia a certos marcadores identitários, sobretudo a oralidade e ancestralidade simbólica. Tal recepção, embora comprometida com a crítica ao eurocentrismo, frequentemente reproduz, de modo implícito, categorias coloniais de leitura, como o binarismo entre oralidade e escrita ou a oposição entre ancestralidade e crítica.

A noção de *formas de pensamento filosófico de África*, adotada neste artigo como chave interpretativa, permitiu problematizar essas categorias não como dados estáticos, mas como regimes históricos de produção e circulação do saber. A oralidade, a ancestralidade e a escrita, especialmente em sua dimensão das escritas de África e, particularmente, nos MT, foram abordadas não como traços isolados, mas como expressões interdependentes da racionalidade africana, dotadas de lógica própria, estrutura argumentativa e intencionalidade filosófica.

Ao tomar os MT como ponto de inflexão analítico, o artigo propôs um deslocamento importante: da oralidade vista como ausência de escrita para a escrita como presença histórica marginalizada. Trata-se de um gesto político e epistêmico que visa romper com o mito da agrafia africana e reintegrar as tradições escriturais do continente como parte constitutiva de suas formas de pensar, ensinar e interrogar o mundo.

Superar o essencialismo da oralidade não significa negar a riqueza das tradições orais, mas compreendê-la em diálogo com outras formas de enunciação filosófica que foram historicamente silenciadas. Do mesmo modo, valorizar a ancestralidade implica reconhecê-la não apenas como referência identitária, mas como estrutura epistêmica que articula memória, autoridade e crítica.

Assim, a tarefa da recepção brasileira da filosofia africana não é a de adaptar conteúdos africanos a categorias ocidentais, mas de escutar, e aprender com a multiplicidade de vozes africanas: orais, escritas, científicas, filosóficas, grafadas em sistemas de escritas africanas ou preservadas em manuscritos. Trata-se, em última instância, de construir um campo de interlocução descolonizado, em que os modos africanos de filosofar não sejam objeto de estudo externo, mas sujeitos de pensamento pleno.

Referências

DIAGNE, S. B. Toward an intellectual history of West Africa: the meaning of Timbuktu. In: JEPPIE, S.; DIAGNE, S. B. (org.). *The meanings of Timbuktu*. Dakar: CODESRIA; Cape Town: HRSC, p. 19–27, 2008. <http://arks.princeton.edu/ark:/88435/dsp01bc386n02r>

JEPPIE, S. Re/discovering Timbuktu. In: JEPPIE, S.; DIAGNE, S. B. (org.). *The meanings of Timbuktu*. Dakar: CODESRIA; Cape Town: HRSC, p. 1–17, 2008. <http://arks.princeton.edu/ark:/88435/dsp01bc386n02r>

JEPPIE, S. & Diagne, S. B. (Eds.). *The meanings of Timbuktu*. Dakar: CODESRIA; Cape Town: HRSC, 2008. <http://arks.princeton.edu/ark:/88435/dsp01bc386n02r>

JESUS, R. F. *Mulher negra alfabetizando: que palavrão ela ensina o outro a ler e escrever?* Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004. <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2004.328430>

MACHADO, S. A. M. *Baobá na encruzilhada: ancestralidade, Capoeira Angola e permacultura*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016. <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/20061>

MACIEL, A. S. *Estrangeiro de alguém*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. http://www2.dbd.pucrio.br/pergamen/biblioteca/php/mostrateses.php?open=1&arqtese=0912719_2011_Indice.html

MEC. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana* [National Curriculum Guidelines for the Education of Ethnic-Racial Relations and the Teaching of Afro-Brazilian and African History and Culture]. Ministério da Educação, abril, 2004. https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/diretrizes_curriculares_nacionais_para_a_educacao_das_relacoes_etnico_raciais_e_para_o_ensino_de_historia_e_cultura_afro_brasileira_e_africana.pdf

MOTA, T. H. *A outra cor de Mafamede: aspectos do islamismo da Guiné em três narrativas luso-africanas (1594–1625)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014. <https://app.uff.br/riuff/handle/1/14916>

MUDIMBE, V. Y. *The invention of Africa: gnosis, philosophy, and the order of knowledge*. Bloomington: Indiana University Press, 1988.

OLIVEIRA, A. S. *Sankofa: a circulação dos provérbios africanos – oralidade, escrita, imagens e imaginários*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016. <http://repositorio.unb.br/handle/10482/20735>

OLIVEIRA, E. D. *Filosofia da ancestralidade: corpo e mito na filosofia da educação brasileira*. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005. <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/36895>

RIBEIRO, S. L. S. *O grande Louva-a-Deus: escrita Adinkra e o enfrentamento de (in)visibilidade e (des)pertencimentos nas tramas de uma educação ambiental*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2019. <https://repositorio.furg.br/handle/123456789/11381>

SANTOS, E. M. *A tessitura da palavra: um estudo sobre a oralidade africana na obra literária de Amadou Hampâté Bâ*. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/31955>

SAYÃO, M. N. *A história intelectual de África e a biblioteca islâmica: o Ta'rikh al-Sudan de Abderrahman al-Sa'di (Tombuctu, século XVII)*. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023. https://sucupiralegado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalho_Conclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=15077840

SILVA, M. F. *Adinkra: imagens da ancestralidade africana na cultura brasileira*. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2023. <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/40768>

TAVARES, L. J. *“Esse terreiro tem história”: ensinando História e Cultura Afro-Brasileira por meio de um estudo sobre Candomblé*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2019. <https://rima.ufrrj.br/jspui/handle/20.500.14407/15021>